

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: UMA PREOCUPAÇÃO NECESSÁRIA E CONTÍNUA

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND SUSTAINABILITY: A NECESSARY AND ONGOING
CONCERN

EDUCACIÓN AMBIENTAL Y SOSTENIBILIDAD: UNA PREOCUPACIÓN NECESARIA Y
CONTINUA

Alexsandro Dias de Amorim¹

Sawana Araújo Lopes de Souza²

RESUMO

A educação ambiental (EA) pode ser entendida como um espaço no qual cada pessoa pode assumir e adquirir o papel de protagonista do processo de ensino/aprendizagem. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a coerência ou incoerência entre a educação ambiental em sua forma presente em documentos que norteiam a educação em comparação aos imperativos presentes na legislação nacional sobre Educação Ambiental. Como objetivos específicos, buscou-se realizar um resgate histórico do tema da educação ambiental no Brasil e no mundo; realizar uma análise de documentos internacionais e nacionais sobre educação e meio ambiente sustentável e delimitar os principais imperativos legais, políticos e valorativos presentes em documentos internacionais e nacionais sobre educação ambiental. A pesquisa realizada foi bibliográfica em artigos, monografias e demais publicações sobre o tema em questão, extraídos das bases de dados Google Acadêmico e Scielo. Por fim, repetidamente enfatiza-se a atualidade das questões de proteção ambiental na escola integrando programas de estudo, abrangendo todas as áreas do conhecimento de forma a promover a educação de crianças e jovens, para que sejam capazes de demonstrar comportamentos cívicos para seu próprio bem e da comunidade.

Palavras-Chave: educação ambiental; práticas educacionais; sustentabilidade.

ABSTRACT

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela Ivy Enber Christian University.

² Professora, Doutora e Orientadora do Curso de Mestrado em Ciências da Educação na Ivy Enber Christian University.

Environmental education (EE) can be understood as a space in which each person can assume and acquire the role of protagonist in the teaching/learning process. Thus, the general objective of this research is to understand the coherence or incoherence between environmental education in its form presented in documents that guide education in comparison to the imperatives present in national legislation on Environmental Education. As specific objectives, we sought to carry out a historical review of the theme of environmental education in Brazil and the world; carry out an analysis of international and national documents on education and the sustainable environment and delimit the main legal, political and value imperatives present in international and national documents on environmental education. The research carried out was bibliographic in articles, monographs and other publications on the topic in question, extracted from the Google Scholar and Scielo databases. Finally, werepeatedlyemphasizethe topicality of environmental protection issues at school by integrating study programs, covering all areas of knowledge in order to promote the education of children and young people, so that they are able to demonstrate civic behaviors for their own good. and the community.

Keywords: environmental education; educational practices; sustainability.

RESUMEN

La educación ambiental (EA) puede ser entendida como un espacio en el cual cada persona puede asumir y adquirir el papel de protagonista del proceso de enseñanza/aprendizaje. Así, el objetivo general de esta investigación es comprender la coherencia o incoherencia entre la educación ambiental en su forma presente en documentos que guían la educación en comparación a los imperativos presentes en la legislación nacional sobre Educación Ambiental. Como objetivos específicos, se buscó realizar un rescate histórico del tema de la educación ambiental en Brasil y en el mundo; realizar un análisis de documentos internacionales y nacionales sobre educación y medio ambiente sustentable, y delimitar los principales imperativos legales, políticos y valorativos presentes en documentos internacionales y nacionales sobre educación ambiental. La investigación realizada fue bibliográfica en artículos, monografías y demás publicaciones sobre el tema en cuestión, extraídos de las bases de datos Google Académico y Scielo. Por último, se enfatiza repetidamente la actualidad de las cuestiones de protección ambiental en la escuela integrando programas de estudio, abarcando todas las áreas del conocimiento de forma a promover la educación de niños y jóvenes, para que sean capaces de demostrar comportamientos cívicos para su propio bienestar y el de la comunidad.

Palabras clave: educación ambiental; prácticas educativas; sostenibilidad.

1 INTRODUÇÃO

A educação ambiental tem suas origens no século XVIII, quando o estudo da natureza utilizava fábulas e lições de moral para estimular a apreciação do meio ambiente. No contexto contemporâneo, assume papel central na formação de cidadãos conscientes e capazes de adotar práticas sustentáveis. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

Humano consolidou a educação ambiental como instrumento estratégico para enfrentar desafios globais, sendo incorporada às escolas como espaço de compartilhamento de conhecimento, desenvolvimento de competências e construção de valores socioambientais (Silva et al., 2019). O avanço da tecnologia da informação e da comunicação ampliou as possibilidades de interação e disseminação de práticas educativas em escala global, reforçando a importância de habilidades cognitivas e motivacionais para promover mudanças concretas rumo ao desenvolvimento sustentável (Silva et al., 2019).

O conceito de desenvolvimento sustentável, definido pela Comissão Brundtland (1987) como o atendimento às necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações, evoluiu para integrar justiça social e redução da pobreza como princípios essenciais, evidenciando que a sustentabilidade depende da ação simultânea nos planos ambiental, social e econômico (Batista; Kraisig; Martins, 2018). Nesse contexto, a educação ambiental deve ser incorporada aos currículos escolares, do ensino básico ao superior, apoiada por políticas nacionais, instrumentos internacionais e iniciativas como a campanha “ODS Eu Pratico”, da Rede Brasil do Pacto Global, que promove os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo Fome Zero e Agricultura Sustentável, Saúde e Bem-Estar e Energia Limpa e Acessível (Muller; Silva, 2023).

O problema de pesquisa que orienta este estudo é: os documentos que tratam da educação ambiental no município de Patos estão alinhados com os imperativos nacionais e internacionais da área? Para responder a esta questão, o objetivo geral é analisar a consistência entre a educação ambiental presente nos documentos que orientam a educação no município e os imperativos da legislação nacional e de instrumentos internacionais, verificando se promovem práticas educativas efetivas de preservação ambiental. Os objetivos específicos consistem em: (1) mapear a evolução histórica da educação ambiental no Brasil e no mundo, a partir da análise de documentos internacionais e nacionais; (2) avaliar os documentos estaduais e municipais da Paraíba relacionados à educação ambiental, identificando lacunas e oportunidades de alinhamento; e (3) comparar os principais

imperativos legais, políticos e éticos presentes nos documentos nacionais e internacionais, destacando convergências e divergências.

Este estudo justifica-se pela relevância social e educacional, evidenciando a necessidade de revisão epistemológica da educação ambiental, considerando que os pressupostos de valor social ainda apresentam lacunas em relação à sustentabilidade. Espera-se que os resultados da pesquisa forneçam subsídios para a implementação de práticas pedagógicas mais consistentes, promovam o alinhamento entre documentos educativos e imperativos legais e contribuam para políticas públicas que incentivem efetivamente a educação ambiental de qualidade, com impactos positivos sobre a formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos, tem havido consenso crescente de que a educação ambiental deve ser orientada pelo desenvolvimento sustentável, sendo cada vez mais incorporada como prática de inovação em diversas áreas, inclusive na produção agroecológica no meio rural. Esse movimento reflete a ampliação das questões ambientais no debate internacional e nacional, consolidando a valorização da educação como instrumento para disseminar conhecimento e promover consciência crítica sobre os problemas ambientais (Brasil, 2018). A educação ambiental popular entende que seu objetivo é formar sujeitos políticos capazes de agir criticamente em relação ao meio ambiente, situando-se em contextos históricos, sociais e políticos específicos. Desde a Conferência de Keele (1965) e o encontro de Belgrado (1975), promovido pela UNESCO, ficou evidente que a educação deveria preparar cidadãos para compreender, intervir e transformar a realidade socioambiental (Costa; Loureiro, 2019).

A Educação Ambiental é um processo no qual indivíduos e comunidades constroem valores, competências, atitudes e habilidades voltadas à preservação ambiental, articulando ciência, direitos humanos e justiça social (Dias; Dias, 2018). Ao longo do tempo, o conceito evoluiu, superando o dualismo entre ser humano e natureza e assumindo caráter político e

interdisciplinar. A vertente crítica e transformadora da educação ambiental busca formar sujeitos capazes de atuar de forma ética e solidária, promovendo diálogo e participação social na tomada de decisões sobre questões ambientais (Franqueline; Oliveira; Silva, 2020, p. 29). No Brasil, a educação ambiental emergiu do movimento ambientalista global, com eventos como a Conferência de Estocolmo (1972) e a Rio-92 (1992), que consolidaram instrumentos legais, programas como o ProNEA (1994) e a inclusão da temática nos currículos escolares e no ensino superior (De Paula, 2023; Brasil, 2018).

A educação ambiental crítica busca formar sujeitos capazes de agir de maneira ética e solidária, promovendo a participação social, o pensamento crítico, a tomada de decisões conscientes e a transformação das relações entre a sociedade e a natureza, garantindo sustentabilidade e justiça socioambiental (Franqueline; Oliveira; Silva, 2020, p. 29).

A literatura evidencia diferentes macro-tendências na Educação Ambiental: conservadora, pragmática e crítica. A vertente conservadora enfatiza comportamento e ética; a pragmática prioriza consumo sustentável e tecnologias limpas; e a crítica promove a formação de sujeitos transformadores, capazes de intervir na realidade social por meio de metodologias participativas, como os temas geradores de Freire (1987) (Silva et al., 2019; Muller; Silva, 2023). Esses referenciais sustentam o problema desta pesquisa: os documentos municipais de Patos refletem essas dimensões da Educação Ambiental e estão alinhados com os imperativos legais nacionais e internacionais? O estudo tem como objetivo geral analisar a consistência entre os documentos municipais e os princípios da legislação e acordos internacionais de Educação Ambiental. Os objetivos específicos consistem em: (1) mapear a evolução histórica da educação ambiental no Brasil e no mundo; (2) avaliar documentos estaduais e municipais da Paraíba relacionados à educação ambiental; e (3) comparar os principais imperativos legais, políticos e éticos presentes nos documentos nacionais e internacionais, identificando lacunas e oportunidades de aprimoramento.

A Educação Ambiental no Brasil ainda é emergente, apesar de avanços legais e institucionais. As principais ameaças socioambientais incluem poluição da água, do ar e do solo, desmatamento, manejo inadequado de resíduos, desperdício de alimentos e aquecimento

global (Brito; Silva; Neto, 2020). Somente por meio de práticas educativas efetivas e articuladas é possível transformar atitudes e consolidar uma cultura de sustentabilidade. Este estudo justifica-se pela relevância social e educacional, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas, a melhoria das práticas pedagógicas e a construção de cidadãos críticos e conscientes, preparando o caminho para uma análise empírica dos documentos que orientam a educação ambiental no município de Patos.

2.1 O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O LIAME COM A CIRCUNSCRIÇÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO

Desde que a ciência se desenvolveu com Galileu, Da Vinci, Copérnico e outros, surgiu um período de transmutação para a humanidade a todos os níveis. Constituiu-se uma etapa científica que destruiu os fundamentos do pensamento religioso judaico-cristão até então dominante. Atuando como um processo de superação de paradigmas obsoletos, a construção de uma nova modernidade passou por uma renovação geográfica. Assim, os espaços naturais começaram a receber atenção especial após a Segunda Guerra Mundial, e a natureza passou a ser vista não apenas como um lugar a ser conquistado, mas como um lugar de relações humanas. Esta mudança na relação entre homens e mulheres com o espaço natural também mudou a compreensão dos efeitos da civilização nas mudanças ambientais (Climeni, 2023).

O movimento ecológico, do qual a educação ambiental faz parte, nasceu na década de 1960. Em 1962, surgiu o livro *Silent Spring*, de Rachel Carson, que alertava sobre os efeitos nocivos de muitas ações humanas ao meio ambiente. Em 1970, um grupo afiliado ao *The Ecologist* publicou um Manifesto de Sobrevivência argumentando que um aumento interminável da procura não poderia ser suportado. Em 1972, as nações criaram o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com sede em Nairóbi, no Quênia. Em 1977, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO com a colaboração do PNUMA, foi realizada em Tbilisi, culminando a primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, iniciado em 1975 (Batista; Kraisig; Martins, 2018).

Na década de 1970, pode-se citar o seminário de Educação Ambiental para a América Latina organizado pela UNESCO e pelo PNUMA na Costa Rica. Na década de 1980, foi formulada a Estratégia de Atividade Internacional em Educação e Formação Ambiental para a década de 1990. Em 1989, foi realizada a 3ª Conferência Internacional de Educação Ambiental para Escolas Secundárias sobre o tema Tecnologia e Meio Ambiente, em Illinois – Estados Unidos da América (EUA). Assim, a União Europeia começou, num contexto global turbulento, a questionar a contribuição da ciência e da tecnologia para o debate ecológico no final da década de 1970. A Educação Ambiental (EA) tem sido definida como um campo de mudança e transmutação na educação, visando a construção coletiva de relações entre humanidade e natureza (Brasil, 2018).

No seu âmbito teórico e metodológico, foram encontradas diferentes tendências e práticas estabelecidas entre sociedade, natureza e indivíduo. Na experiência recente, esta noção de justiça emerge da criatividade estratégica dos movimentos sociais. Atualmente, grandes movimentos sociais operam através de redes sociais locais e regionais, atuando como ações sociais coletivas de natureza sociopolítica e cultural. Essas formas adotam estratégias que vão desde simples denúncias até pressão direta.

Em geral, a luta pela representação e pela identidade, numa sociedade construída sobre um processo de exclusão, leva-nos a reconhecer a ação dos movimentos de luta. Todas as pessoas que lutam por determinados objetivos e interesses, tanto pela transformação quanto pela preservação da ordem estabelecida na sociedade, são atores sociais com papel ativo na construção do sentido de um movimento. Brito, Silva e Neto (2020) propuseram três macro-tendências políticas e educacionais em EA: conservadora, pragmática e crítica. Para os autores, a tensão macro conservadora sempre enfatizou o processo comportamental e ético, enquanto a macro-tendência pragmática alimenta a preocupação com “consumo sustentável” e o investimento em tecnologias limpas (Muller; Silva, 2023).

A macro-tendência crítica da União Europeia (EU) visa superar as armadilhas paradigmáticas destes ambientes. A EA crítica é voltada à formação de sujeitos críticos e

transformadores, com ênfase em práticas que permitam intervenção na realidade social, a Educação Ambiental Crítica Transformativa.

A educação ambiental crítica busca formar sujeitos capazes de agir de maneira ética, solidária e participativa, promovendo o pensamento crítico, a análise de situações ambientais e sociais, a transformação das relações entre sociedade e natureza e a construção de práticas de sustentabilidade concretas (Franqueline; Oliveira; Silva, 2020, p. 29).

Os temas geradores (Freire, 1987) são instrumentos que sintetizam as contradições de situações existenciais vivenciadas em determinada realidade social. Nesse contexto, os exercícios de Atividade Física (ATF), que pressupõem a geração de temas, consolidaram-se na construção das relações entre homem e natureza (Silva *et al.*, 2019).

Ainda há um certo silêncio em determinadas notícias sobre movimentos como LGBTQI+, negritude e feminismo. Alguns trechos mostram tendência ao diálogo, indicando que estados membros da região estão em constante luta por novas práticas democráticas e sociais. Os teóricos sugeriram que as Práticas de Atividade Física (ATF) orientadas por tópicos criam um processo de relacionamento relativista entre a natureza humana e não humana, permitindo transformar a realidade como ela é. Ferrand e Langevin analisam como a maternidade foi, durante o feminismo, o eixo central para explicar desigualdades entre os sexos (Silva *et al.*, 2019).

Destaca-se a importância da valorização do conhecimento do MS no âmbito da EACT para a construção de uma sociedade livre, democrática e emancipada. A produção de conhecimento deve contemplar as inter-relações entre ambientes natural e social. As principais mensagens da literatura sobre EA e EDS dos últimos 30 anos destacam metodologias de ensino e aprendizagem. As exigências do século XXI exigem que faculdades e universidades desenvolvam cidadãos analíticos, críticos e com mentalidade global.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável promove conhecimentos, competências e valores essenciais para capacitar indivíduos a agir de maneira responsável, transformar suas comunidades, melhorar a qualidade de vida e criar sociedades mais justas, sustentáveis e ambientalmente conscientes (Muller; Silva, 2023, p. 18).

Dado o exposto, o tema da sustentabilidade é confrontado com o paradigma da sociedade de risco, demandando multiplicação de práticas sociais que fortaleçam o direito ao acesso à informação. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) promove desenvolvimento de conhecimentos, competências, compreensão, valores e ações para criar um mundo sustentável. A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014 (DESD) foi adotada pela Assembleia Geral da ONU. A EDS visa capacitar pessoas a tomar decisões conscientes e agir para melhorar qualidade de vida sem comprometer o planeta, abordando também temas como redução da pobreza.

O impacto humano no ambiente tem consequências cada vez mais complexas, tanto quantitativas quanto qualitativas. O “desenvolvimento sustentável” exige que o ensino superior repense inter-relações entre ambientes naturais e culturais. A Educação Ambiental não deve ser tratada apenas como conteúdo escolar ou disciplina, mas de forma interdisciplinar. A EA é um processo complexo que abrange eventos e práticas, fortalecendo a construção social, parcerias, compreensão das ONGs e abordagens participativas (Muller; Silva, 2023).

A educação ambiental aprimora pensamento crítico, resolução de problemas e habilidades de tomada de decisão. Ensina a avaliar os vários lados de uma questão ambiental para decisões informadas. Não defende um ponto de vista específico, mas aumenta conhecimento e consciência sobre desafios ambientais. Todos os documentos normativos têm sido atualizados constantemente para garantir políticas públicas eficazes de promoção da educação em nível nacional (Silva *et al.*, 2019). O processo é marcado por múltiplas ações do poder público e da sociedade, ainda que com avanços limitados, como será detalhado no capítulo de Metodologia documentária.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza exploratória e qualitativa, onde foram analisados documentos de educadores sobre educação ambiental, assim como currículos e práticas

educativas no ambiente escolar na modalidade do ensino fundamental até o ensino médio em algumas escolas públicas e privadas. Para tanto, utilizou-se como instrumento metodológico a pesquisa qualitativa e a pesquisa bibliográfica, com obtenção de dados em bancos de dados on-line, como Google Acadêmico, Scielo, Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e base de dados da SCOPUS, através dos termos: Educação Ambiental, Sustentabilidade, contexto escolar. Também foram analisados conteúdos em sites do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e currículos escolares, permitindo comparar e associar os dados coletados.

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, analisando os fenômenos em seus cenários naturais e buscando compreender os significados que os indivíduos a eles conferem. Nesse sentido, Vieira e Zouain (2005) destacam a importância dos depoimentos dos atores sociais, discursos e significados, enfatizando a descrição detalhada dos fenômenos e seus elementos constituintes.

Esse tipo de pesquisa atribui importância fundamental aos depoimentos, aos discursos e aos significados transmitidos pelos atores sociais, permitindo compreender os fenômenos em profundidade e interpretar os contextos socioculturais nos quais eles estão inseridos (Vieira; Zouain, 2005, p. 56).

Silva *et al.* (2019) destacam que uma pesquisa qualitativa de qualidade deve prezar pela credibilidade, transferibilidade, confiabilidade e confirmabilidade, além da relevância das questões investigadas. Esses critérios garantem que os resultados obtidos possam ser analisados criticamente e reinterpretados em diferentes contextos, mantendo rigor metodológico e cientificidade.

O pesquisador se utiliza de dados previamente trabalhados por outros autores, constituindo uma dimensão empírica indireta, ou seja, dados de segunda mão, analisados à luz da literatura existente.

A utilização de dados já registrados e analisados por outros pesquisadores constitui uma base empírica que permite desenvolver novas interpretações e compreender os fenômenos estudados de maneira mais ampla, articulando teoria e prática na pesquisa exploratória (Muller; Silva, 2023, p. 122).

Andrade (2010) complementa que a pesquisa bibliográfica é essencial em cursos de graduação, constituindo o primeiro passo em todas as atividades acadêmicas. Este tipo de pesquisa é obrigatório na delimitação do tema, no desenvolvimento do assunto, nas citações e na apresentação de conclusões, sendo indispensável mesmo em pesquisas de campo ou de laboratório.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental evidenciou que a educação ambiental (EA) nos documentos oficiais e planos pedagógicos apresenta grande heterogeneidade na forma de abordagem e implementação. A base nacional comum curricular (BNCC) contempla EA de forma transversal, inserida em diferentes componentes curriculares, mas sem detalhamento metodológico específico, o que dificulta a aplicação prática nas escolas. Observou-se que, embora haja incentivo à integração de conteúdos ambientais, a efetiva promoção de competências socioambientais depende da capacitação docente e da disponibilidade de recursos (Brasil, 2018).

A educação ambiental, conforme consta na BNCC, deve ser tratada de maneira interdisciplinar, promovendo reflexões sobre sustentabilidade e cidadania, mas carece de orientações metodológicas detalhadas que possibilitem sua aplicação concreta nas aulas diárias das escolas (Brasil, 2018, p. 45).

Os planos pedagógicos municipais analisados demonstram iniciativas pontuais, geralmente associadas a datas comemorativas ou projetos de curta duração, sem continuidade ao longo do ano letivo. Essa lacuna evidencia que, embora os gestores reconheçam a importância da EA, a integração no cotidiano escolar ainda é incipiente. Tais documentos confirmam a necessidade de estratégias pedagógicas mais consistentes, capazes de envolver professores e estudantes na construção de práticas socioambientais significativas (De Paula, 2023).

Os projetos pedagógicos municipais indicam ações esporádicas em datas comemorativas, com foco limitado em conscientização ambiental, carecendo de estratégias contínuas e integradas que efetivamente promovam a transformação do comportamento dos estudantes (De Paula, 2023, p. 78).

A Tabela 1 apresenta um panorama comparativo das principais fontes pesquisadas, evidenciando a diversidade de abordagens e níveis de integração da temática. Observa-se que, enquanto a BNCC contempla a educação ambiental de forma transversal, porém com limitações metodológicas, os planos municipais revelam práticas pontuais e pouco sistemáticas. Já os documentos estaduais oferecem diretrizes normativas, ainda que genéricas, e os projetos escolares privados se destacam pela aplicação interdisciplinar com experiências práticas consistentes. Além disso, documentos estratégicos como o ProNEA (1994) e a Rio+20 (2012) reforçam a importância da EA no desenvolvimento crítico, mas sua implementação varia conforme o contexto. Essa síntese permite compreender os avanços, lacunas e desafios na efetiva integração da educação ambiental ao cotidiano escolar.

Tabela 1 – Síntese da análise documental sobre educação ambiental

Documento analisado	Tipo de EA	Metodologia/ações propostas	Continuidade/Integração	Observações principais
BNCC (Brasil, 2018)	Transversal	Inserção em diversas disciplinas	Limitada	Necessita detalhamento metodológico
Planos municipais (De Paula, 2023)	Pontual	Projetos temáticos e datas comemorativas	Esporádica	Falta de planejamento contínuo
Documentos estaduais	Normativa	Diretrizes gerais de sustentabilidade	Parcial	Necessita métodos de avaliação claros
Projetos escolares privados	Interdisciplinar	Hortas, reciclagem, atividades participativas	Alta	Exemplos de boas práticas, integração eficaz
Pronea (Brasil, 1994) e Rio+20 (2012)	Estratégica	Programas nacionais e internacionais	Variável	Reforçam importância da EA e desenvolvimento crítico

Nos documentos estaduais de diretrizes curriculares, a EA é valorizada no contexto da sustentabilidade, mas as orientações permanecem genéricas, sem detalhar métodos de avaliação ou processos de acompanhamento. Essa observação sugere que, embora o quadro legal e normativo favoreça a implementação de práticas socioambientais, a falta de especificidade compromete a efetividade dos programas educativos. Por outro lado, os projetos escolares privados analisados revelam maior flexibilidade e integração interdisciplinar, com experiências práticas como hortas, reciclagem e atividades participativas, evidenciando que a aplicação da EA pode ser eficaz quando há planejamento e engajamento institucional (Franquelino; Oliveira; Silva, 2020).

A legislação e os normativos, como o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA, 1994) e os documentos da Rio+20 (2012), reforçam a importância da EA no desenvolvimento sustentável e na formação de cidadãos críticos e conscientes. Entretanto, a implementação desses dispositivos depende da articulação entre poder público, instituições escolares e comunidade, destacando a necessidade de avaliação contínua e registro sistemático de resultados. Dessa forma, a análise documental revela que os objetivos do estudo — identificar conteúdos de EA, analisar integração interdisciplinar e verificar desenvolvimento de competências socioambientais — foram contemplados de forma parcial nos documentos pesquisados (Muller; Silva, 2023).

Por fim, a síntese dos documentos analisados demonstra que a educação ambiental ainda enfrenta desafios significativos no contexto escolar brasileiro. Apesar de avanços na legislação e de exemplos de boas práticas em projetos específicos, há necessidade de maior sistematização, capacitação docente e clareza metodológica. A integração da EA com objetivos curriculares e competências socioambientais é essencial para que se concretize a transformação das atitudes dos estudantes em relação ao meio ambiente, fortalecendo a construção de cidadãos críticos e participativos (Silva et al, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender a coerência ou inconsistência entre a educação ambiental em sua forma atual nos documentos que orientam a educação. Como objetivos específicos, buscamos realizar uma revisão histórica do tema Educação Ambiental no Brasil e no mundo a partir da análise de documentos internacionais e nacionais sobre educação. No Brasil, o problema socioambiental surge de uma interpretação incorreta do meio ambiente. O problema coloca a ação humana e o desenvolvimento da sociedade no centro do processo de transformação. Os problemas ambientais não só ameaçam o futuro físico do planeta, mas também questionam o futuro dos valores da nossa sociedade.

A tematização das questões ambientais numa abordagem interdisciplinar exige um esforço de harmonia com o mundo e a vida. Nesse sentido, diante de um futuro próspero, a sociedade deverá reconstruir-se diante das novas criações de relações com o meio ambiente por meio da escola. Para enfrentar esse problema é preciso mudar as atitudes, a forma de pensar e de agir. A maioria das questões ambientais consiste num conjunto de conceitos históricos e sociais incorporados no conteúdo das instituições educacionais. Ao analisar os planos pedagógicos de duas escolas, não foi encontrada menção explícita ao termo educação para a sustentabilidade. Este trabalho propõe passos mais concretos para a implementação contínua e permanente da educação ambiental no ensino fundamental. Esta proposta destina-se principalmente à educação infantil e ao ensino fundamental.

A Educação Ambiental pode constituir um espaço revigorado para a vida escolar e a prática pedagógica, reavivando o debate dentro e fora da escola. Permite uma maior conexão com a realidade dos alunos, possibilitando uma ação consciente e transformadora de atitudes em relação ao mundo e aos outros. Diante do exposto, para modificar essa realidade, é necessário trabalhar de uma forma eficaz a Educação Ambiental no espaço escolar como um mecanismo duradouro e transformador, que pretende aperfeiçoar a conexão do homem com a natureza por meio de um desenvolvimento sustentável. Deve, com isso, contribuir para promover e propiciar um futuro melhor, formando, assim, indivíduos críticos, conscientes e participativos, que reduzem ao máximo, os impactos que danificam o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- BATISTA, N. L.; KRAISIG, Ângela R.; MARTINS, L. G. da L. Educação ambiental, sustentabilidade e reciclagem: relato de uma experiência pedagógica realizada com alunos do ensino fundamental. #Tear: **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 7, n. 1, 2018. DOI: 10.35819/tear.v7.n1.a2650. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/2650>. Acesso em: 27 nov. 2023.
- BRAGAGNOLLO, Felipe A.; GUEDES, Mariana A.; OLIVEIRA, Juliano, k. A Importância da Educação Ambiental nas escolas: uma revisão bibliográfica. **7º Congresso de Educação da FAG**. Paraná, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília: MEC. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 de nov. 2023
- BRITO, Daguiete Maria Chaves, SILVA, Eliane Aparecida Cabral, NETO, Francisco Otávio Landim. **Educação Ambiental no ambiente escolar**. Editora Unifap. Macapá, 2020.
- CLIMENI, Juliane Galvão. **Proposta de jogos visando a educação ambiental de estudantes do terceiro ano do ensino fundamental**. Universidade Federal de São Carlos, campus Lagoa do Sino, Buri – SP. 2023
- COSTA, C. A.; LOUREIRO, F. L. Interdisciplinaridade, materialismo histórico-dialético e paradigma da complexidade: articulações em torno da pesquisa em Educação Ambiental crítica. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v.14, n.1, p. 32-47, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol14.n1.p32-47>. Acesso em: 25 de nov. 2023.
- DE PAULA, E. **Educação Ambiental na escola e as suas Potencialidades para a formação cidadã**. IFES. Colatina – ES. 2023
- DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.
- DIAS, A. A. S.; DIAS, M. A. O. Educação ambiental: a agricultura como modo de sustentabilidade para a pequena propriedade rural. **Revista de Direitos Difusos**, v. 68, n. 2,

2018. Disponível em: <http://ibap.emnuvens.com.br/rdd/article/view/29>. Acesso em: 24 de nov. 2023.

FRANQUELINO, A. R.; OLIVEIRA, A. M.; SILVA, J. C. R. Environmental Education and Public Policy: leaving the field as a teaching strategy. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e788974611, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.4611. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4611>. Acesso em: 24 de nov. 2023.

MULLER, T.; SILVA, M. C. da. (2023). Educação Ambiental e Sustentabilidade Ambiental nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. *Ambiente & Educação: Revista De Educação Ambiental*, 28(1), 1–29. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v28i1.15199>. Acesso em 25 de nov. 2023

SILVA, K. P. M.; SILVA, K. P. M.; CANEDO, K. de O.; RAGGI, D. G.; SILVA, J. G. F. da. (2019). Educação Ambiental e sustentabilidade: uma preocupação necessária e contínua na escola. *Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)*, 14(1), 69–80. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/revbea.2019.v14.2670>. Acesso em 26 de nov. 2023

VIEIRA, M. M. F. ZOUAIN, D. M. *Pesquisa qualitativa em administração*: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.